



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO - SAD/CGTI/DLOG/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5009506/2017-SAD/CGTI/DLOG/PF

Processo nº 08206.000657/2017-29

1. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. A contratação do objeto deste Termo de Referência tem amparo legal na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de julho de 2002 e nos decretos nº 5.450, de 31 de maio de 2005 – “Pregão Eletrônico” e Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e subsidiariamente nas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como nas demais condições e exigências contidas neste documento.

1.2. O presente documento foi elaborado em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e com os princípios contidos nos instrumentos legais vigentes referentes a contratações no âmbito da Administração Pública Federal, notadamente, a Instrução Normativa nº 04, de 11 de setembro de 2014 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

1.3. Os licitantes eventualmente interessados em participar deste certame licitatório deverão observar rigorosamente todas as especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

1.4. Desse modo, o planejamento aqui descrito contém os elementos essenciais fixados nas referidas normas, descritos de forma a subsidiar a instrução do procedimento licitatório e participação dos interessados em concorrer no certame.

2. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Serviços técnicos de operação e manutenção preventiva e corretiva incluindo reposição de peças no sistema telefônico da Polícia Federal em Brasília, composto por:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	FABRICANTE/MARCA
1	PABX MX-One (TSW)	ERICSSON/AASTRA/MITEL
2	PBX IP – Quadro 16x	EPYGI
3	SISTEMA TARIFADOR	INFORMATEC
4	Unidade de Resposta Audível - URA	Voice Technology

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Visando à manutenção e o pleno funcionamento do Sistema telefônico utilizado pelas unidades da Polícia Federal em Brasília, se faz necessária a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de gerenciamento, suporte e assistência técnica preventiva e corretiva, dada a importância do pleno funcionamento dos equipamentos de telefonia e seus programas (software's) operacionais e aplicativos, bem como seus equipamentos

periféricos e terminais telefônicos, evitando dessa forma, apresentar falhas e/ou paralisações, considerando ainda que tal sistema de comunicação é indispensável ao andamento dos trabalhos executados na Polícia Federal.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. Trata-se de processo para prestação de serviços técnicos de operação e manutenção preventiva e corretiva incluindo reposição de peças no Sistema Telefônico da PF em Brasília, classificados, respectivamente, como **SERVIÇOS COMUNS**, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02, visto que os padrões de desempenho e qualidade do objeto podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado. Além disso, trata-se de contratação que poderá se estender por mais de um exercício financeiro continuamente, razão pela qual deve ser classificada como **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO**.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. DO TIPO DE LICITAÇÃO

5.1. Trata-se de contratação por **Pregão Eletrônico por Lote Único**, no qual o processo proposto contempla o fornecimento de solução para prestação de serviços, onde todo gerenciamento é centralizado em um gerenciador central e os dispositivos são dependentes no quesito configuração, gerenciamento e chamadas, sobrevivência e operação. Contudo, a aquisição da solução nesta modalidade torna-se imprescindível.

5.2. A licitação em lote único justifica-se ainda pela minimização da complexidade de gerenciamento da solução pois a unificação das soluções numa única aquisição em grupo visa a redução da complexidade do gerenciamento por parte do pessoal técnico do quadro da Polícia Federal, garante interoperabilidade entre as soluções e menor dificuldade de manutenção da solução, visto que as sintaxes de configuração e gerenciamento são semelhantes e a curva de aprendizado por parte do pessoal técnico da PF tende a ser menor.

6. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MP nº 2, de 2010.

6.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

6.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.2.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

6.2.4. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

6.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme artigo 5º, do Decreto nº 8.538 de 2015.

6.4. As licitantes deverão ser sediadas no Distrito Federal ou possuir representação local, dadas às peculiaridades do objeto desta contratação. Tal exigência justifica-se pela necessidade dos serviços técnicos de manutenção serem prestados pela assistência técnica com maior brevidade possível, por se tratar de comunicação de voz essencial e imprescindível para o desenvolvimento das atividades diárias do órgão.

7. DA PROPOSTA

7.1. A proposta deverá conter o valor do objeto expresso em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, nos moldes do Anexo I deste Termo de Referência.

7.2. A proposta deverá indicar o nome ou a razão social e CNPJ da proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico para contato, bem como identificação, cargo e assinatura do responsável.

7.3. A proposta deve conter a declaração expressa de que os preços apresentados contemplam todos os custos necessários à prestação do serviço ou fornecimento do bem como taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou quaisquer outras obrigações que possam incidir diretamente ou indiretamente no objeto. Devendo, também, constar, expressamente, que a Licitante se submete totalmente às obrigações trazidas neste Termo de Referência, nos termos do item 3.4.5, Anexo I da Portaria 80/2016 – MJ.

7.4. Na proposta deverá constar seu prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

7.5. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, devendo os serviços serem prestados à PF sem ônus adicional.

7.6. A proposta deverá conter as especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas dos serviços ofertados.

7.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Termo de Referência e seus Anexos, do Edital, que sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.8. Na proposta poderão ser apresentadas quaisquer outras informações afins que a proponente julgar necessárias ou convenientes.

8. DO PREÇO DE REFERÊNCIA

8.1. Consoante o que dispõe a IN 04/2014 SLTI MPOG, em seu artigo 14, inciso VII, conforme pesquisa de mercado realizada, segue os valores médios encontrados para o objeto desta contratação:

SERVIÇOS TÉCNICOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA CENTRAL TELEFÔNICA				
Lote único			Valor médio mensal (R\$)	Valor médio global/anual (R\$)
Item	Descrição	Qtde.		
1	Serviços técnicos de operação e manutenção preventiva e corretiva incluindo reposição de peças no sistema telefônico da Polícia Federal em Brasília, nos moldes do Termo de Referência e seus Anexos.	1	R\$ 11.084,36	R\$ 133.012,28
Valor médio global do objeto por extenso: Cento e trinte e três mil e doze reais e vinte e oito centavos.				

9. DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

9.1. As licitantes deverão declarar que possuem laboratórios devidamente equipados com o ferramental, instrumental e equipamento PABX de igual modelo ao objeto, para testes dos cartões a serem reparados, bem como a utilização de peças originais para reparo nos cartões de circuito impresso.

9.2. A licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual a licitante tenha prestado ou esteja prestando serviços compatíveis com os da futura licitação, evidenciando a prestação de serviços de programação, operação, manutenção preventiva e corretiva em PABX Mx-one TSW e seus periféricos, ou em equipamento semelhante, inclusive quanto ao fornecimento de peças. O atestado deve certificar a prestação dos serviços por, no mínimo, 12 meses.

9.4. Fornecer prova de inscrição ou registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) da localidade da sede do licitante. No caso de a licitante possuir CREA de outra localidade, deverá apresentar visto do CREA-DF, previamente à contratação, em sua plena validade, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, de acordo com o disposto no inciso I do Artigo 30 da Lei nº 8.666/93.

9.5. Fornecer declaração de possuir em seu quadro de pessoal, responsáveis Técnicos habilitados nas áreas de: engenharia elétrica, eletrônica ou de comunicação. Antes da assinatura do contrato, a empresa deverá comprovar a contratação dos referidos profissionais que passarão por análise do setor competente da CGTI. A comprovação do vínculo dos responsáveis técnicos deverá ser demonstrada por meio de cópias das carteiras de trabalho e/ou fichas de registro de emprego ou mediante cópia do ato de investidura no cargo ou cópia do contrato social e suas alterações, em se tratando de sócio, sendo admitida a comprovação de vínculo empregatício do responsável técnico também por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum.

9.6. Deverão ser comprovados os registros dos Responsáveis Técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia (CREA), da localidade da sede da Contratante, ou seu visto para desempenho da atividade profissional na localidade da sede. A licitante deverá declarar, ainda, que manterá esses responsáveis técnicos na supervisão dos serviços durante a vigência do contrato, admitindo-se a substituição por profissional com a mesma qualificação ou superior.

9.7. Apresentação de atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA, que comprove(m) que os responsáveis técnicos tenham executado, dentro de suas responsabilidades técnicas, a contento, serviços de natureza e vulto compatível com o objeto ora licitado e que permitam estabelecer, por comparação, a proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto da presente licitação.

9.8. Fornecer declaração de que possui laboratórios devidamente equipados com o ferramental, instrumental e equipamento PABX de igual modelo ao da Contratante, para testes dos cartões a serem reparados e para manutenção nos aparelhos telefônicos compatíveis com a Central.

9.9. A CONTRATADA não poderá alegar desconhecer dificuldades, características ou obstáculos como justificativa para acréscimos de preço ou prazo.

10. DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Os serviços serão prestados na Central Telefônica do Edifício Sede - SEDE, na Academia Nacional de Polícia - ANP, na Divisão de Serviços Gerais - DSG, no Instituto Nacional de Identificação - INI, na Divisão de Controle de Produtos Químicos - DCPQ, na Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, no Instituto Nacional de Criminalística - INC e na Superintendência da Polícia Federal em Brasília - SR/PF/DF, sendo que as operações para programações e reprogramações poderão ser efetuadas através de operações remotas (da sede da licitante).

11. DA VISTORIA

11.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de suas propostas, as Licitantes têm a opção de proceder vistoria nos locais onde serão prestados os serviços, listados no item 10 deste Termo de Referência, examinando as áreas e tomando ciência das características, peculiaridades e grau de dificuldade dos serviços a serem contratados. Realizada a vistoria, será firmada a DECLARAÇÃO DE VISTORIA, Anexo II, deste documento, em conformidade com o inciso III, do art. 30, da Lei nº 8.666/1993.

11.2. A vistoria não será obrigatória, porém será exigida para habilitação técnica da empresa vencedora, a Declaração de Vistoria - Anexo II - emitida pela Contratante no ato de sua realização ou uma Declaração, apresentada pela empresa, informando que esta abdicou do direito de tomar ciência e de examinar os locais de prestação dos serviços, bem como suas características e peculiaridades e grau de dificuldade dos serviços a serem contratados. A Declaração deverá estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa, posto que não será

admitida qualquer alegação posterior para qualquer fim de desconhecimento da Licitante sobre as condições dos locais de prestação dos serviços, devendo a Licitante comprometer-se a manter o sigilo sobre todas as informações às quais teve acesso em decorrência da (s) vistoria (s) realizada (s), conforme termo constante do Anexo II - Declaração de Vistoria.

11.3. Para cada Divisão, listada no item 10 deste Termo de Referência, onde for realizada a vistoria, deverá ser emitida uma Declaração de Vistoria pela Contratante. Já a Licitante pode apresentar apenas uma Declaração constando todos os locais dos quais ela abdica do direito de vistoriar.

11.4. A vistoria deverá ser previamente agendada junto a Divisão de Telecomunicações da Polícia Federal, por meio do telefone 61. 2024-9999.

11.5. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

11.6. Para a vistoria, o Licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

12. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Visando dar continuidade e manter o pleno funcionamento da central telefônica da Polícia Federal, bem como o andamento dos trabalhos diários que dependem da comunicação de voz, é necessário que seja atendido os seguintes tópicos:

12.1.1. PLANO DE ASSISTÊNCIA – MANUTENÇÃO PREVENTIVA

12.1.1.1. A manutenção preventiva de todos os equipamentos será realizada com periodicidade mensal e obedecerá a uma rotina programada, seguindo as prescrições recomendadas pelo fabricante, que adotamos em nossas rotinas de manutenção, no período de 08h00min as 18h00min horas em dias úteis, sendo que chamados fora desse período deverão ser atendidos pelo serviço de plantão 24 horas todos dias da semana incluindo sábados, domingos e feriados com sistema de sobreaviso (celular e/ou telefone fixo).

12.1.1.2. A Contratada deverá instruir os técnicos da Polícia Federal, a fim de capacitá-los de conhecimento adequado às atualizações de versões dos equipamentos e softwares instalados, dentre outros que consistem em programação e configuração do sistema.

12.1.1.3. Deverá ser realizada, independente de solicitação, ajustes de inspeção técnica, limpeza e testes de funcionamento, de acordo com as rotinas de testes recomendadas pelo fabricante, além do abaixo especificado.

12.1.1.4. Verificar o correto funcionamento das mesas, examinando as teclas, cordão espiralado, monofone, display, ajuste de volume, etc. solucionando eventuais problemas.

12.1.1.5. Realizar chamadas internas de ramais de cada LIM para três ramais de outros LIMs, verificando a correta sinalização.

12.1.1.6. Realizar, no mínimo, três chamadas de saída por alguns troncos de cada LIM, efetuando em seguida a consulta e transferência para alguns ramais, verificando a correta sinalização.

12.1.1.7. Checar comprovação de recebimento do tom de discar por todas as linhas tronco através da mesa de telefonista, terminal digital ou telefone MF, por acesso individual.

12.1.1.8. Realização de testes de chamadas de entrada por algumas linhas tronco de cada LIM, efetuando chamadas de saída discando o número individual da concessionária dos troncos existentes. Em se tratando de DDR, efetuar chamadas de saída discando o número externo correspondente de alguns ramais de cada LIM.

12.1.1.9. Observar e comprovar o funcionamento de todas as sinalizações visuais e sonoras existentes (mesas de telefonistas, painel de alarme, sinalizações de atividades dos cartões e equipamentos etc.).

12.1.1.10. Comprovar o funcionamento dos equipamentos periféricos, gravador, micro PC, modem, impressora e equipamentos especiais tais como tie-line (loop, E&M, etc), correio de voz e espera musical etc.

12.1.1.11. Efetuar medição dos conversores da central a tensão de entrada (48 a 56 VCC) e as tensões de saída (5 e 12 VCC $\pm 3\%$). Verificar se existem conversores emitindo ruídos, se houver, providenciar a substituição.

12.1.1.12. Promover a atualização do plano de face (padrão FSC) do DG, atualizar, também, o plano de face da central, indicando os cartões conectados e não conectados dos LIM's e GS's, anotando os respectivos estados de revisão, mantendo uma cópia atualizada com o responsável pela central telefônica.

12.1.1.13. Efetuar, quando não for possível remotamente via CSM, o Dump (dados ou sistema), atualizar o back-up em mídia, segundo a rotina de manutenção preventiva remota.

12.1.1.14. Atualizar os dados do back-up através de PCREGEN.

12.1.1.15. Manter a sala da Central limpa, tirando o pó e orientando o cliente sobre possíveis irregularidades.

12.1.1.16. Promover a realização dos testes da "Rotina de testes para a manutenção Preventiva de Retificador e Bateria".

12.1.1.17. Verificar o perfeito funcionamento do sistema de tarifação diariamente.

12.1.1.18. Após a realização de cada preventiva deverá ser entregue à Polícia Federal um relatório contendo todos os serviços executados e defeitos encontrados durante a realização dessas.

12.1.2. PLANO DE ASSISTÊNCIA – MANUTENÇÃO CORRETIVA

12.1.2.1. A manutenção corretiva consistirá no conserto de defeitos e/ou falhas de funcionamento apresentados nos equipamentos do sistema e deverão ser realizados de segunda a sexta-feira, no horário de 8h00min às 18h00min, sendo que chamados fora desses períodos (emergenciais) deverão ser atendidos 24 horas pelo serviço de plantão, independentemente de ser feriado, sábado ou domingo.

12.1.2.2. O chamado técnico da manutenção corretiva dar-se-á através de solicitação do setor competente da Polícia Federal à empresa, através do telefone ou fax identificado por número de protocolo a ser fornecido pela empresa, quantas vezes forem necessárias e o técnico da empresa que vier a ser contratada, comparecerá nas dependências da Polícia Federal, conforme estabelecido na tabela de prazos.

12.1.2.3. Em caso de pane-geral do equipamento, o atendimento será diferenciado e tratado de forma emergencial, sendo iniciados os serviços imediatamente após a caracterização desta situação com tempo máximo para solução de 6h (seis horas).

12.1.2.4. Caso se constate na manutenção a necessidade de retirar quaisquer peças ou equipamentos do sistema telefônico para conserto, esses serão imediatamente e provisoriamente substituídos pela contratada, até que seja efetuado seu conserto ou a substituição definitiva. Neste caso terá a contratada prazo de 30 dias para conserto e restituição do equipamento retirado para conserto.

12.1.2.5. Em caso de necessidade de retirada de aparelhos telefônicos digitais ou IPs para conserto, esses serão imediatamente e provisoriamente substituídos pela contratada, até que seja efetuado seu conserto ou a substituição definitiva. Neste caso terá a contratada prazo de 45 dias para conserto e restituição do equipamento retirado para conserto.

12.1.2.6. Quando a peça for definitivamente substituída, a contratada compromete-se a entregar a peça danificada à fiscalização da Polícia Federal.

12.1.2.7. A Contratada somente efetuará a retirada de quaisquer componentes da central ou outros equipamentos para manutenção fora das dependências da Polícia federal, mediante autorização formal da Contratante, responsabilizando-se pela remoção, adequado acondicionamento e devolução ao local em que deve ser instalado, bem como, pelas despesas operacionais decorrentes.

12.1.2.8. A Contratada irá utilizar somente peças originais e novas na manutenção dos equipamentos.

12.1.2.9. Quando da solicitação de manutenção corretiva, por meio de fax, correio eletrônico ou telefone, a empresa receberá do setor competente da PF, para efeito de contagem do prazo, as seguintes informações:

12.1.2.9.1. Local onde a assistência técnica deverá ser prestada;

12.1.2.9.2. Defeito apresentado;

12.1.2.9.3. Nome do responsável pela solicitação do serviço e,

12.1.2.9.4. Número do telefone para contato com o usuário do equipamento.

12.1.3. PLANO DE ASSISTÊNCIA RELATIVA AOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES

12.1.3.1. Emissão mensal do relatório do Tarifador.

12.1.3.2. Programação e desprogramação de novos ramais analógicos ou digitais.

12.1.3.3. Reprogramação do sistema (rotas, faixa DDR).

12.1.3.4. Atualizações de versões dos equipamentos e softwares instalados.

12.1.3.5. Desinstalação e instalação parcial ou completa (mudanças, upgrade, down-grade, remanejamentos, cabeamentos, etc.) de equipamentos, placas, módulos e softwares, bem como daqueles que ultrapassarem em até 30% a capacidade atual dos objetos deste termo de referência conforme a necessidade da Polícia Federal.

12.1.3.6. Suporte aos técnicos da contratante nas facilidades e no manuseio dos aparelhos telefônicos digitais e analógicos.

12.1.3.7. Manutenção corretiva dos equipamentos, peças, componentes e/ou acessórios, que não sejam objetos de substituição, assim compreendidos: recuperação de placas de ramais, aparelhos telefônicos, dentre outros.

12.1.3.8. Operação logística referente ao transporte de equipamentos para manutenção corretiva fora das dependências da Polícia Federal.

12.1.3.9. Prestar consultoria em toda plataforma de comunicação da Polícia federal com relação às novas facilidades a serem implementadas.

12.1.3.10. Manter atualizadas as TABELAS DE TARIFICAÇÃO, para ligações LOCAIS, CELULARES, LDN e LDI realizadas na Central PABX, de acordo com os contratos celebrados entre a Polícia Federal e as empresas prestadoras de serviço de telefonia fixa e móvel.

12.1.3.11. Manter toda a estrutura técnica/operacional necessária para o cumprimento dos prazos de atendimento previstos em contrato.

12.1.3.12. Serviços de modificações na URA, compreendendo a Gravação e Digitalização de frases e alteração de aplicação.

12.2. A empresa deverá dar garantia, sem nenhum custo adicional para a PF dos serviços de manutenção, reparo ou substituição de peças, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias corridos, a contar da aceitação, pela PF, dos serviços executados.

13. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SISTEMA TELEFÔNICO ATUAL

13.1. Central Privada de Comutação Telefônica – PABX, Marca ERICSSON/AASTRA, modelo Mx-One TSW, equipada com:

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO	CAPACIDADE FINAL
1	LIM'S (módulo de Interligação de linha)	11
2	Porta para ramais analógicos	2104 RAMAIS
3	Porta para ramais digitais	850 RAMAIS

4	Licenças para ramais IP's	60
5	Porta para troncos analógicos bidirecionais	148
6	Tie-Lines DPNSS	30
7	Troncos digitais CAS	330
8	Links PCM	22
9	Mesa operadora	04
10	Módulos retificadores de tensão	07
11	Sistema de Alimentação com baterias	28 baterias 12 V 60A, 4 baterias 150A, 24 baterias de 45A.
12	Modem	01
13	Aparelhos Ips (Aastra/Ericsson)	64
14	Aparelhos analógicos	1758
15	Aparelhos digitais (Aastra/Ericsson)	850

13.2. Central PABX IP - Marca EPYGI modelo quadro 16X equipada com:

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO	CAPACIDADE FINAL
1	Quantidade de Módulos	02
2	Portas para ramais analógicos	32
3	Porta para ramais IP	36
4	Portas FXO	08
5	Aparelhos IPs (Polycom)	36
6	Aparelhos analógicos	32

13.3. Sistema de Tarifação – Marca Informattec - Gerenciador de Tarifação Centralizada GTC.

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Gerenciador de Tarifação Centralizada - GTC	5.000 Licenças
2	Coletor IP	01

13.4. URA – Unidade de Resposta Audível – Marca Voice Technology:

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	URA: Voice Frame NT 2004 - VOICE TECHNOLOGY	01

14. DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS

14.1. Os prazos para solução (PS), referem-se ao prazo de atendimento (PA) e ao tempo para reparo (TR), sendo considerados na execução do contrato 03 níveis, conforme tabela de prazos.

Nível	Tempo para o primeiro atendimento em horas (PA) a partir do acionamento: Solução remota.	Tempo para reparo em horas (TR), após a chegada do técnico limitado em até	Tempo para solução em horas (TS) no reparo de hardware e software incluindo o tempo do TR
Urgente	2	4	4
Semi-urgente	3	6	9
Normal	4	8	12

14.2. O nível urgente refere-se às panes que afetem mais de 50% da quantidade total de portas de um dos LIM's (1;2;3;4;5;6;7;8;9;10 ou 11), mais que 50% da quantidade total de portas da central (Quadro 16X) ou mais que 50% da quantidade total de licenças do Gerenciador de Tarifação Centralizada, ou panes no sistema automático de tarifação e bilhetagem, panes no sistema de gerenciamento centralizado e panes no sistema de mensagens unificado.

14.2.1 Caso a empresa não realize com o tempo previsto para atendimento em horas (PA) no nível urgente, aplicar glosa no valor de 1% por hora de atraso do valor mensal do contrato por hora de atraso, limitado a 10%.

14.3. O nível semi-urgente refere-se às panes nas centrais que afetem de 10% a 50% da quantidade total de portas de um dos LIM's (1;2;3;4;5;6;7;8;9;10 ou 11), de 10% a 50% da quantidade total de portas da central (Quadro 16X) ou de 10% a 50% da quantidade total de licenças do Gerenciador de Tarifação Centralizada e panes no sistema de telefonia sem fio IP.

14.3.1 Caso a empresa descumpra o tempo previsto para atendimento em horas (PA) no nível semi-urgente, aplicar glosa no valor de 0,5% do valor mensal do contrato por hora de atraso, limitado a 10%.

14.4. O nível normal refere-se às panes na central que afetem menos de 10% da quantidade total de portas de um dos LIM's (1;2;3;4;5;6;7;8;9;10 ou 11), 10% da quantidade total de portas da central (Quadro 16X) ou 10% da quantidade total de licenças do Gerenciador de Tarifação Centralizada e panes nos demais equipamentos e softwares.

14.4.1 Caso a empresa descumpra o tempo previsto para atendimento em horas (PA) no nível semi-urgente, aplicar glosa no valor de 0,25% do valor mensal do contrato por hora de atraso, limitado a 10%.

14.5. Os prazos de atendimento e reparo especificados acima deverão ser contabilizados por LIM (1;2;3;4;5;6;7;8;9;10 ou 11), no Quadro 16X ou no Gerenciador de Tarifação Centralizada.

14.6. A CONTRATADA manterá todos os equipamentos do sistema em condições normais de funcionamento, executando todos os serviços de manutenção preventiva necessários a permitir a operação contínua e ininterrupta, sem alterar as características técnicas do sistema

14.7. Quando da solicitação da manutenção corretiva, através de fac-símile, correspondência eletrônica (e-mail) ou telefone, a PF deverá fornecer à CONTRATADA, para efeito de contagem do prazo acima indicado, as seguintes informações:

14.7.1. Local onde a Assistência Técnica deverá ser prestada;

14.7.2. Defeito apresentado;

14.7.3. Código de fabricação e número de série do equipamento;

14.7.4. Nome do responsável pela solicitação do serviço e,

14.7.5. Número do telefone para contato com o usuário do equipamento.

14.8. O término do reparo, com a disponibilidade do equipamento para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, dar-se-á no prazo máximo conforme estabelecido na tabela de prazos, contado a partir da abertura do chamado para manutenção.

14.9. A atualização do software do Sistema de Tarifação, durante a vigência do contrato, se dará em até 30 dias após o lançamento de novas versões, com o consentimento prévio da PF.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

17.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por equipe especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.3. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017, quando couber.

17.4. Permitir o acesso dos empregados da Contratada às suas dependências e demais locais de prestação dos serviços, desde que devidamente identificados e/ou uniformizados, para execução dos serviços referentes ao objeto, quando necessário.

17.5. Comunicar, de imediato, à Contratada, por meio de seu Preposto, qualquer anormalidade, erro ou irregularidade constatada na execução dos serviços e que possa comprometer o bom andamento das atividades do Contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

17.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, emitindo relatórios, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela Polícia Federal, não deve ser interrompida.

17.7. Tornar disponível as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência.

17.8. Manter a natureza confidencial dos programas (softwares) fornecidos pela Contratada, utilizando-os exclusivamente nos sistemas objeto do presente Termo de Referência e para o qual foi licenciado.

17.9. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, em conformidade com os critérios de fiscalização do contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências das condições e preços pactuados do Contrato.

17.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais para manutenção dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários a adequada execução dos serviços contratados.

18.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

18.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

18.4. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, quando necessário adentrarem as dependências da Contratante, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

18.5. Apresentar à Contratante, na assinatura do Contrato, a relação nominal de todos os empregados que poderão ser acionados para a execução dos serviços contratados, para que sejam adotadas as medidas de manutenção da segurança orgânica da Instituição. Caso algum funcionário não esteja apto à realização dos serviços, a Contratada poderá substituí-lo por outro ou prestar os serviços com os demais funcionários considerados aptos. Em qualquer caso de substituição de funcionário, o substituto deverá ser submetido às normas de segurança orgânica da Instituição com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

18.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

18.7. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

18.8. Cumprir as normas de segurança orgânica e demais regulamentos da Contratante, enquanto atuando em suas instalações, exigindo de seus funcionários a fiel observância dos preceitos ali estabelecidos, especialmente quanto à

utilização, manutenção e a segurança das instalações.

18.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

18.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

18.12. Disponibilizar ao Fiscal de Contrato, quando do início da execução dos serviços, Termo de sigilo – Anexo III, contendo declaração de manutenção de sigilo e ciência das normas de segurança vigentes na Contratante, assinado pelo representante legal da Contratada e Termo de ciência – Anexo IV, que deverá ser assinado pelo preposto e todos os demais funcionários da Contratada que prestarem serviço nas dependências do Órgão. Disponibilizar ao fiscal, ainda, quando da assinatura do Contrato, a relação nominal de todos os empregados que poderão adentrar o órgão para a execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas de manutenção da segurança orgânica da Instituição, nos termos do item 18.5. deste Termo de Referência.

18.13. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todos os assuntos de interesse da Contratante ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, em particular quanto à salvaguarda de informações sigilosas, respondendo igualmente pelos atos e omissões de seus prepostos e funcionários.

18.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.15. Apresentar, quando for o caso, comprovação de que a empresa é legalmente identificada como microempresa e/ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei complementar 123/2006.

18.16. Realizar a manutenção preventiva e corretiva do sistema de acordo com as normas específicas dos fabricantes dos equipamentos, realizando mensalmente as ações, operações, exames, testes, verificações nos equipamentos, aparelhos, programas e periféricos que constituem o sistema.

18.17. Elaborar o Programa de Manutenção Preventiva, que definirá as atividades mensais e semestrais, abrangendo todas as áreas e componentes do sistema.

18.18. Reconhecer que o exposto no subitem acima não esgotará a responsabilidade da empresa que vier a ser contratada quanto a eventuais quebras ou avarias que serão corrigidas de imediato.

18.19. Apresentar, após cada visita técnica realizada, um relatório de manutenção contendo o nome do responsável pela fiscalização, o nome do técnico mantenedor, a data e hora do chamado, em caso de manutenção corretiva e preventiva; a hora de início e término do atendimento, identificação de defeito detectado, suas causas e efeitos, bem como as providências adotadas e demais informações pertinentes, devendo esse, ser assinado pelo usuário ou responsável pela solicitação da manutenção.

18.20. Levar, imediatamente, ao conhecimento dos fiscais, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicará, por escrito, e de forma detalhada todo tipo de acidente que, eventualmente venha a ocorrer.

18.21. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais, atendendo de imediato as reclamações.

18.22. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados e atender de forma imediata e emergencial as solicitações abertas por defeitos no sistema ou em seus componentes, equipamentos, programas e periféricos, no prazo máximo de até 4 (quatro) horas após a abertura do chamado, bem como possuir serviço de plantão 24 (vinte e quatro) horas independente de ser feriado, sábado ou domingo.

18.23. Executar alterações solicitadas, relativas a mudanças dos dados de telefonia, atualização de programas e aplicativos, decorrentes de mudança na legislação pertinente.

18.24. Responder pelos danos causados diretamente à Polícia Federal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o

acompanhamento pelo órgão.

18.25. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

18.26. Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.

18.27. Fornecer, na forma solicitada pela Contratante, o demonstrativo de utilização dos serviços, objeto desse Termo de Referência.

18.28. Repassar à Contratante, durante o período de vigência do contrato que vier a ser celebrado, todos os preços e vantagens ofertadas ao mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que os ofertados na proposta.

18.29. Informar à Contratante da necessidade de eventuais interrupções programadas dos serviços, com antecedência mínima de cinco dias úteis, devendo ser acordado junto à Polícia Federal, as datas e horários para tais interrupções.

18.30. Assumir, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependências da Polícia Federal.

18.31. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais.

18.32. Sempre que houver serviços de instalação deverá ser efetuada a limpeza completa dos locais afetados, removendo todo o entulho proveniente dos serviços.

18.33. Caberá à Contratada providenciar os equipamentos e máquinas necessárias à realização dos serviços objeto deste Termo de Referência, devendo as mesmas oferecerem total segurança a seus usuários.

18.34. Possuir oficina técnica especializada em Brasília, com capacidade para execução dos serviços técnicos, quando estes forem necessários.

18.35. Manter em estoque as peças e componentes necessários para assegurar a rápida recuperação do sistema em casos de anormalidades identificadas.

18.36. Regularizar, sem quaisquer ônus e quando notificada pela Contratante, sob pena de ser declarada inidônea e de sofrer penalidades, as possíveis irregularidades observadas no decorrer da vigência do contrato ou quando do funcionamento irregulares.

18.37. Prestar toda a orientação necessária aos servidores da Contratante para a perfeita utilização dos equipamentos e software e sua aplicação para a obtenção de seu máximo desempenho.

18.38. Difundir entre os usuários as facilidades técnicas oferecidas pelo sistema telefônico.

18.39. Executar todos os serviços não explícitos neste Termo de Referência, mas necessários à execução dos serviços programados e para o perfeito funcionamento do sistema telefônico.

18.40. Possuir base local de corpo técnico para cumprimento dos SLA's acordados.

18.50. Possuir laboratório, próprio ou do fabricante, para o conserto/reparo dos componentes da solução da CONTRATANTE, de modo a minimizar os custos do certame em questão.

19. DO CONTRATO

19.1. A Contratante convocará a adjudicatária, para assinar o Contrato, a qual terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para comparecer à Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas em Edital.

19.2. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela adjudicatária durante a vigência do contrato.

19.3. Se adjudicatária não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá a Administração convocar outra Licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no Termo de Referência e das demais cominações legais aplicáveis à adjudicatária que deixou de assinar o instrumento.

19.4. O prazo estabelecido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Contratante.

19.5. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses nos termos do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, considerando a natureza continuada dos serviços.

19.6. Em caso de prorrogação do Contrato, em havendo a completa substituição da Central Telefônica atual, especificada no item 13 deste Termo de Referência e, após o funcionamento pleno da nova Central Telefônica, objeto de processo licitatório de contratação em andamento, a Contratante poderá rescindir o Contrato resultante deste Termo de Referência, sem nenhum ônus para a Administração Pública. Neste caso, a Contratante deverá comunicar a Contratada da rescisão com antecedência de 60 (sessenta) dias antes de rescindir o Contrato.

20. DO REAJUSTE.

20.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

20.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

21.1. O Contrato decorrente da contratação poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Contratante, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.

21.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos dos parágrafos 1º e 2º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

22. DA GARANTIA CONTRATUAL

22.1. Para a execução das obrigações assumidas, a Contratante exigirá da empresa vencedora em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato, prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor total, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que será liberada ou restituída somente após o término da vigência contratual e desde que não haja pendências.

22.2. Nos termos do artigo 56, § 2º da Lei nº 8.666/93, em caso de ajuste no valor total do Contrato, a garantia deverá ser complementada para que corresponda ao valor de 5% (cinco por cento) do valor atual do Contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis da comunicação da Contratante.

22.3. O valor da garantia poderá ser utilizado para corrigir as imperfeições verificadas na execução dos serviços, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual e de indenização por danos causados ao patrimônio da União, ou de terceiros.

22.3. O valor da garantia se reverterá em favor da Contratante, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da Contratada, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados.

22.4. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

22.5. Será considerada extinta a garantia:

22.5.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

22.5.2. No prazo de três meses após o término da vigência, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

23. MODELO DE EXECUÇÃO

23.1. A Contratante deverá emitir a(s) Ordem(ns) de Fornecimento de Serviços - OS para a execução de cada serviço. Deverá, ainda, ser fornecida para o fiscal de contrato, uma cópia de cada OS e um relatório mensal de todos os chamados realizados pela PF.

23.2. A partir da assinatura do Contrato, a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência poderá ser iniciada, respeitadas as Ordens de Fornecimento de Serviços.

23.3. A fatura para pagamento deverá ser encaminhada e emitida após 30 dias da assinatura do Contrato, nas formas legais pré-estabelecidas.

24. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

24.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

24.2. Os serviços prestados serão acompanhados e fiscalizados por servidores designados pela Contratante, que atestarão o cumprimento de todas as cláusulas e condições contratuais, inclusive quanto à qualidade dos serviços realizados ao longo da contratação, conforme prevê o art. 67 da Lei nº 8.666/93, além de atestar as faturas apresentadas pela Contratada, devendo, ainda, fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

24.3. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada quanto aos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, conforme dispõe o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

24.4. Nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/1993, do art. 30 da IN nº 04/2014-SLTI/MPOG e do Art. 6º do Decreto nº 2.271/97, serão designados representantes para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços:

24.4.1. Para atendimento deste item será designada Equipe de Gestão Contratual, composta por: Gestor, Fiscal Requisitante, Fiscal Administrativo, Fiscal Técnico e Fiscais Setoriais para acompanhar e fiscalizar a presente contratação.

24.4.2. A verificação da conformidade e da adequação técnica dos serviços prestados deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência. Para esta verificação, o Fiscal Técnico será apoiado por uma Equipe de Fiscalização, composta por servidores da CONTRATANTE. A Equipe de Fiscalização será responsável por avaliar a execução dos serviços de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, analisar as eventuais “não conformidades” em relação a cada equipe especializada, verificar o descumprimento dos termos de serviço conforme descrição dos itens 2 e 3, e emitir relatório sobre a adequação da prestação de serviços. O fiscal técnico do contrato realizará a avaliação dos serviços prestados, com a indicação de eventuais glosas, e avaliará a emissão da nota fiscal de serviços no valor correspondente.

24.5. Como o presente processo trata-se de contratação de serviço continuado, a verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias da Contratada, previstas no inciso X, do art. 34, da IN 04/2014 - SLTI MPOG, será feita com a emissão e análise dos seguintes documentos:

24.5.1. Certidão Negativa de Improbidade – CNJ;

24.5.2. Declaração de conformidade documental - SICAF;

24.5.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

24.5.4. Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;

24.5.5. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

24.5.6. Certificado de regularidade do FGTS.

24.6. Para efeito de atendimento do inciso XXI, do Art. 17, da IN nº 51/2011- DG/DPF, no que se refere à análise e verificação do documento fiscal, serão verificados os seguintes itens:

24.6.1. Nome e CNPJ da unidade gestora Contratante e Contratada;

24.6.2. Data de emissão (posterior ao final do período de prestação à que se refere);

24.6.3. Adequação da descrição do material ou serviço;

24.6.4. Compatibilidade dos valores contratados com o documento fiscal;

24.6.5. Existência de erro ou rasura;

24.6.6. Autenticidade da Nota Fiscal Eletrônica, quando possível.

24.7. Após a emissão e análise da documentação descrita acima, o fiscal emitirá um relatório informativo, que será encaminhado ao gestor do Contrato.

24.8. Para fins de avaliação do cumprimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos no presente instrumento, a Contratada entregará, no final de cada mês, o Relatório Técnico de Atividades de Serviços realizados.

24.9. Para fins de registro de atendimento de serviço, todo chamado referente a manutenções preventivas e corretivas, deverá ser aberto via Service Desk da CGTI por servidor da Divisão de Telecomunicação - DITEL/CGTI/DLOG/PF.

25. DO PAGAMENTO

25.1. O pagamento será efetuado à empresa, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas, observado o art. 40 Inc. XIV, “a” da Lei 8.666/1993.

25.2. As Notas Fiscais/Faturas serão pagas após serem devidamente atestadas pelo, pelo Gestor do Contrato, podendo a Contratante descontar eventuais multas que tenham sido impostas à Contratada e que tenham excedido o valor da garantia.

25.3. Caberá a Contratada apresentar as Notas Fiscais correspondentes ao objeto do Contrato, no estabelecimento indicado pela Contratante, ou encaminhá-las de forma eletrônica, em endereço a ser disponibilizado pela Contratante, a qual se responsabilizará pelo recebimento e liberação/atesto das Notas Fiscais para fins de pagamento, quando cumpridas todas as condições pactuadas.

25.4. A Contratante deve encaminhar ao estabelecimento da Contratada, no prazo estabelecido em regulamento específico, a Declaração de Retenção do Imposto ISSQN na fonte.

25.5. O pagamento referente ao Contrato objeto desta licitação ficará condicionado à comprovação da manutenção de todas as condições de habilitação, aí incluídas a regularidade fiscal para com o FGTS e a Fazenda Federal, com o objetivo de assegurar o cumprimento do art. 2º da Lei nº 9.012/95 e arts. 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

25.6. A verificação da situação da Contratada em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação será procedida na forma dos itens 24.5 e 24.6 deste Termo de referência.

25.7. As notas fiscais contendo incorreções serão devolvidas à Contratada, no prazo de até cinco dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente pelo gestor do contrato, para as devidas retificações e permanecerá pendente até que todas as medidas saneadoras sejam tomadas, sem que haja qualquer ônus para a Contratante.

25.8. A Contratada deverá indicar na Nota Fiscal/Fatura o número do Contrato firmado com a PF, o CNPJ da Contratante e o período exato da prestação de serviço a que se refere a Nota Fiscal.

25.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

365

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

25.10. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento. No caso de prorrogação do contrato, a Contratante deverá exigir reforço da garantia.

25.11. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as devidas providências.

25.12. Se houver aplicação de multa à Contratada, esta será descontada, inicialmente, da garantia. Caso a multa tenha excedido o valor da garantia ou, em havendo acordo entre a Contratante e a Contratada, a multa poderá ser descontada de qualquer fatura ou crédito existente na Contratante em favor da Contratada e, caso a multa seja de valor superior ao crédito existente, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente.

26. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para a Polícia Federal, cujos programas de trabalho e elemento de despesas especificadas constarão da respectiva Nota de Empenho.

27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

27.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

27.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

27.1.3. fraudar na execução do contrato;

27.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

27.1.5. cometer fraude fiscal;

27.1.6. não manter a proposta;

27.1.7. deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa ou fizer declaração falsa;

27.1.8. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

27.1.9. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

27.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

27.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

27.2.1.1. A advertência deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contarecibo do representante legal da Contratada, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas.

27.2.2. Multa de 0,2% (zero virgula dois por cento), por hora de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

27.2.3. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

27.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

27.2.3.2. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante.

27.2.3.3. Deixar de assinar o Contrato no prazo estipulado pela Contratante, sem motivo justificado pela Licitante e aceito pela Contratante, consistirá em inexecução total, sujeitando a Licitante à todas as penalidades cabíveis.

27.2.3.4. No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato por prazo superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações.

27.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

27.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

27.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

27.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

27.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

27.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

27.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

28. DA SUSTENTABILIDADE

28.1. Conforme disposto na IN nº 01/2010 do SLTI/MPOG, a empresa Contratada adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

28.1.1. Utilizar, na prestação do serviço, bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

28.1.2. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

28.1.3. Recolher o mais breve possível, peças e equipamentos nocivos à saúde humana, como baterias, pilhas, placas inservíveis e dar a destinação adequada conforme regulamentação da ANVISA.

28.1.4. Fornecer aos empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

28.2. A comprovação do disposto neste subitem 28.1 poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que a empresa cumpre com as exigências aqui estabelecidas.

28.3. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, e do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. A participação no certame importa em total, irrestrita e irretratável aceitação, pelos proponentes, das condições deste Termo de Referência, impedindo-os de alegar desconhecimento, não entendimento ou interpretação errônea das condições do certame fixadas neste documento.

29.2. O certame resultante deste Termo de Referência poderá ser revogado por interesse público, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulado por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que as partes tenham direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no Art. 18 do Decreto nº 3.555/2000, ressalvado o disposto no § 2º do mesmo artigo.

29.3. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

29.4. Quaisquer esclarecimentos adicionais sobre ao presente processo de licitação poderão ser obtidos no Setor de Licitação da CGTI pelo seguinte endereço eletrônico: , desde que, em tempo hábil e até três dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

29.5. A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei n.º 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

29.6. Serão partes integrantes do Contrato, independentemente de transcrição:

29.6.1. O Termo de Referência e seus Anexos;

29.6.2. A proposta apresentada pela Contratada.

Brasília, 15 de dezembro de 2017.

Integrante requisitante	Integrante técnico	Integrante administrativo
Alilton Moreira de Assis Agente de Telecomunicações Matr. PF 14.648 Chefe da DITEL/CGTI/DLOG/PF	Welington Rodrigues Silva Agente de Telecomunicações Matr. PF 13.369 STO/DITEL/CGTI/DLOG/PF	Mariane Aparecida Ramos Sampaio Agente Administrativo Matr. PF 20.764 SAD/CGTI/DLOG/PF

APROVAÇÃO ADMINISTRATIVA

O presente procedimento vem ao encontro do atendimento das recomendações do TCU de adequação dos processos de contratação desta Coordenação Geral de Tecnologia da Informação relativamente aos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, conforme dispõe a Instrução Normativa nº. 4, de 2014, da SLTI.

Reconheço a necessidade dos serviços que ora se propõe a contratar como essenciais para o bom desempenho das atividades meio da Polícia Federal. Deste modo, nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, do Decreto nº 5.450 de 31/05/2005, **aprovo** o presente Termo de Referência.

Autorizo a elaboração do respectivo processo licitatório na forma da Lei nº 8.666/93, bem como seja observada a disponibilidade orçamentária e financeira, para fazer frente às despesas do objeto do procedimento em comento.

Ao SAD/CGTI/DLOG/PF para demais providências.

MARCELO DE AZAMBUJA FORTES

Perito Criminal Federal

Matrícula: 8.118 – Classe Especial

Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**ANEXO I - MODELO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA**

NOME DA EMPRESA LICITANTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX/E-MAIL:

SERVIÇOS TÉCNICOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA CENTRAL TELEFÔNICA				
Lote Único		Quant.	Valor mensal (R\$)	Valor global/anual (R\$)
Item	Descrição			
1.	Serviços técnicos de operação e manutenção preventiva e corretiva incluindo reposição de peças no sistema telefônico da Polícia Federal em Brasília, nos moldes do Termo de Referência e seus Anexos.	1.		
Valor global da proposta por extenso:				

Esta proposta contempla todos os custos necessários à prestação do serviço bem como taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou quaisquer outras obrigações que possam incidir diretamente ou indiretamente no objeto. Ainda, esta empresa se submete totalmente às obrigações trazidas no Termo de Referência desta contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA:(prazo por extenso) dias (não inferior a 60 dias).

Loca e data

(Assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaramos, para fins de Pregão Eletrônico nº/2017 – CGTI/DLOG/PF, que a empresa(nome ou razão social da empresa)....., CNPJ/MF nº, representada por seu Responsável Técnico(nome do responsável)....., CPF nº, em visita realizada às instalações da (Divisão/Coordenação visitada), está ciente das condições atuais para prestação dos serviços, e que recebeu instruções e informações necessárias ao atendimento do objeto e demais condições do Edital, não havendo, portanto, nenhuma dúvida que prejudique a apresentação de uma proposta completa e com todos os detalhes.

Declaramos, ainda, que a supramencionada empresa está ciente do compromisso assumido de manter sigilo sobre todas as informações às quais teve acesso em decorrência da vistoria realizada nesta data.

Brasília, de de 2017.

(Assinatura e carimbo)

NOME COMPLETO

Cargo

Matrícula PF

(Responsável técnico da empresa)

ANEXO III - MODELO DO TERMO DE SIGILO

O(a) Sr.(a) CPF nº.....
endereço.....
profissional responsável pela execução do contrato nº/....., **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que está ciente das normas de segurança vigentes na CGTI/DLOG/PF e que se compromete:

1. a não divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto;
2. a não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, para si ou para terceiros;
3. a não efetuar nenhuma gravação ou cópia do código fonte ou das informações confidenciais a que tiver acesso;
4. a não apropriar-se para si ou para outrem do material confidencial e/ou sigiloso oriundo das informações confidenciais às quais tiver acesso;
5. a não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso a tais informações por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas:

Informação Confidencial significará toda e qualquer informação pertencente exclusivamente à Polícia Federal e seus afiliados, de natureza técnica, operacional, comercial, jurídica, know-how, processos, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, sistemas de logística e layouts, planos de negócios (business plans), documentos, contratos, papéis, pareceres, dados e código fonte, que forem disponibilizados a mim sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios.

Não se configuram informações confidenciais:

1. aquelas já disponíveis ao público em geral sem minha culpa;
2. aquelas que não são mais consideradas confidenciais pela coordenação do projeto e pelo Departamento de Tecnologia da Informação da Polícia Federal;
3. os conhecimentos de ferramentas e tecnologias de terceiros, não vinculados à Polícia Federal, adquiridos por mim durante o projeto.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou mediante autorização escrita, concedida à minha pessoa pela coordenação do projeto.

A multa aplicável em caso de quebra deste termo de sigilo, será aquela prevista para o caso de inexecução total do contrato enunciada no subitem 27.2.4 do Termo de Referência.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

E, por ser verdade, firmamos o presente.

Local e Data

Nome:

CPF:

Endereço – telefone – fax:

E-mail:

ANEXO IV - MODELO DO TERMO DE CIÊNCIA

Contrato nº			
Objeto:			
Gestor do Contrato:		Mat.:	
Contratante:			
Contratada:		CNPJ:	
Preposto da Contratada:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o Termo de Responsabilidade e Sigilo e das normas de segurança vigentes na Polícia Federal.

Também declaram que estão cientes de que a estrutura computacional disponibilizada pela Contratante não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço eletrônico da Contratante, ou acessados a partir dos seus equipamentos poderão ser auditadas. Declaram, ainda, que não farão uso em benefício próprio de nenhum dos recursos disponíveis na Polícia Federal, tais como: telefones, impressoras, e-mail, acesso à internet, entre outros.

_____, _____ de _____ de 20____

CIÊNCIA	
Funcionários da Contratada	
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:

Matrícula:	
Nome:	Assinatura:
Matrícula:	
Nome:	Assinatura:
Matrícula:	

A multa aplicável em caso de quebra deste termo de sigilo, será aquela prevista para o caso de inexecução total do contrato enunciada no subitem 27.2.4 do Termo de Referência.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

E, por ser verdade, firmamos o presente.

Local e Data

Nome:

CPF:

Endereço – telefone – fax:

E-mail:

ANEXO IV - MODELO DO TERMO DE CIÊNCIA

Contrato n°			
Objeto:			
Gestor do Contrato:		Mat.:	
Contratante:			
Contratada:		CNPJ:	

Preposto da Contratada:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o Termo de Responsabilidade e Sigilo e das normas de segurança vigentes na Polícia Federal.

Também declaram que estão cientes de que a estrutura computacional disponibilizada pela Contratante não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço eletrônico da Contratante, ou acessados a partir dos seus equipamentos poderão ser auditadas. Declaram, ainda, que não farão uso em benefício próprio de nenhum dos recursos disponíveis na Polícia Federal, tais como: telefones, impressoras, e-mail, acesso à internet, entre outros.

_____, _____ de _____ de 20____

CIÊNCIA	
Funcionários da Contratada	
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:



Documento assinado eletronicamente por **MARIANE APARECIDA RAMOS SAMPAIO, Agente Administrativo**, em 15/12/2017, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WELINGTON RODRIGUES SILVA, Agente de Telecomunicações e Eletricidade**, em 15/12/2017, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5009506** e o código CRC **DFD2F0A5**.